

O DIREITO DO QUAL SE DEVE TER SAUDADE.

Getúlio Targino Lima *

Foi a extraordinária vibração positiva dos corações de todos vocês, queridos Especialistas em Direito Civil da Faculdade de Direito de Anápolis, que fez apagar dos passos deste professor todos os tropeços, todos os enganos, todas as dubitações, e, como se isto já não fosse tanto, alentou-se este carinho em coroar-me a fronte às vezes quase combalida pelo travor da jornada, com a auréola de "Turma Professor Getúlio Targino".

É grande a homenagem, que atravessa o tempo, pois esta maravilhosa leva de Pesquisadores conduzirá consigo para sempre, na eternidade das coisas finitas da matéria, este nome e, na perenidade das coisas eternas do espírito, este lema.

E a responsabilidade ?

Esta desborda de todos os limites, fazendo-me caminhar sempre com redobrado cuidado e constante busca do acerto, para jamais fazer desconsiderada tamanha honraria e tão singular homenagem.

E não deixei de ficar preocupado com a advertência aristotélica de que " a grandeza não consiste em receber honras, mas merecê-las", de modo que me posto diante de vocês tentando não desmerecer tanto carinho.

Pediram-me, vocês, para esta hora, a "Aula da Saudade ".

* Aula da Saudade para os Concluintes do Curso de Especialização em Direito Civil da Faculdade de Direito de Anápolis (GO). Proferida em 28.09.2000-

** Advogado. Professor Emérito da UFG. Professor da FADA. Mestre em Direito pela UFG, Doutorando em Direito pela PUC/SP. Escritor.

Voltei no tempo, até 1976, quando, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás , pronunciei aquela que, ao que sei, foi a primeira "Aula da Saudade " de tantas quantas, daí para frente se produziram. Naquele momento faziam-se as chamadas formaturas gigantes, nas quais a Universidade, ainda sob os efeitos de um regime reconhecidamente prejudicial ao ensino, desrespeitava o símbolo da formatura para cada formando, fazendo colarem graus os formandos de todos os seus cursos, de uma só vez, numa solenidade que de solene nada tinha, esboroada e perdida no anonimato da multidão de formandos e de assistentes.

Nenhuma mensagem lhes ficava, se é que ouviam o que o sacrificado paraninfo de tantos cursos tentava desesperadamente transmitir. Aí, então, percebi que a " Aula da Saudade " era, para eles, uma oportunidade de ouvirem mensagem que lhes dissesse respeito, ao seu curso, aos seus ideais, aos seus objetivos de vida.

Falei-lhes, então, sobre " Humanismo e Técnica ", traçando um paralelo entre os possíveis avanços da técnica, que apenas então começava, mostrando os benefícios que poderiam dela advir para o Direito e para a Justiça e, ao mesmo tempo, chamando-lhes a atenção para os riscos da perda do caráter humanístico que tem de estruturar e permear o direito, sob pena de o mesmo se tornar automatizado, insensível e incapaz de aquecer, com o necessário calor humano, todas e cada uma das situações que a vida houvesse de criar e a convivência dos seres tivesse de utilizar.

Hoje, todavia, a "Aula da Saudade" que vocês pedem se posta em outra dimensão e se espraia por outro horizonte, no momento em que tudo se transforma tão rapidamente que sequer temos tempo de assimilar um avanço, sem que outro se superponha, garboso, na estrada da ciência e na vida do direito.

Careceria de um tempo enorme e de uma oportunidade ímpar, se tivesse que dissertar sobre a evolução do pensamento jurídico que hoje se assenta fundamentalmente na dignidade da pessoa humana e das relações sociais decorrentes, impondo freios à pura economia, para buscar uma igualdade que desiguale os desiguais, uma liberdade que não signifique o poder contratar mas um contratar com respeito as forças e possibilidades dos contratantes, uma fraternidade que seja mais do que aspirar a que todos se chamem de irmãos, mas uma revolução de tal porte, no ordenamento jurídico, que a afeição e o carinho sejam tão ou mais relevantes do que uma simples fatalidade sanguínea. Uma responsabilidade tal que impermita ao direito aceitar que, em nome da liberdade de investigação, sacrifique-se a vida, ainda que no seu albor , ou erija-se a morte como solução para aquele que não se pode manifestar, como se o homem, que começa a descobrir elementos da vida, fosse o inventor da mesma e não seu mero instrumento de manifestação.

Não! Definitivamente, não é isto que vocês desejam nem é o que se deva fazer nesta hora breve e solene.

A Aula da Saudade terá que falar de saudade.

Palavra mágica e indefinível: saudade que poetas, compositores, artistas não puderam explicitar ou traduzir completamente mas a respeito da qual todos nós podemos prestar depoimento.

Palavra que assume conotações coloridas ou sombrias, ao sabor das situações a que se reporte.

Inconteste, todavia, que ao se falar em saudade, impõe-se um complemento: há de haver saudade de alguém ou de alguma coisa, de uma situação ou de algo.

Inegável, também, que quando se tem saudade, busca-se refazer, recolocar, reaplicar ou sentir de novo aquilo que, por ter sido bom, provoca-nos recordações.

E aqui deixo o meu recado, transmito-lhes, de coração, aquilo que me parece deva ser por vocês recordado, mereça ser fundamento, motivo, objeto e razão de sua tão preciosa saudade.

Peço-lhes que não se esqueçam jamais e tenham fervorosa saudade do fato de que o direito é mais do que a lei, está acima da interpretação e não se consuma na exegese, exigindo a presença dos princípios específicos do ramo a que se subordine o caso e sempre com bênção dos princípios gerais aos quais se superpõe o valor, que somente a filosofia pode dar.

Com o coração a bater por esta saudade, não disseminarão a idéia acomodada de que o direito é o que está feito, sendo perigosas quaisquer investigações que nos levem a duvidar das certezas e a por em cheque as verdades acabadas.

Chorando ou sorrindo pelas vias tortuosas da busca da justiça irão os senhores proclamando que o verdadeiro Direito é fenômeno cultural e portanto mutável, sempre tendo em linha de perspectiva valores maiores do que, simples e isoladamente, a economia, ou a política, ou a sociologia, mas todas estas ciências aplicadas a um objetivo: a consagração dos direitos fundamentais do homem, partindo do reconhecimento da dignidade do homem por ser homem, posto que se assim não for, sua separação dos irracionais se exteriorizará apenas pela capacidade da comunicação pela fala, a qual não conterà a violência, não sobrepujará o medo, não escorraçará a indignidade, não impedirá o vilipêndio das criaturas fracas pelas fortes, o massacre do progresso da civilização pelo atraso da ganância dos indivíduos em face da necessidade das comunidades, o engano repetido de que a autonomia da vontade não tenha que respeitar limites demarcados pelos interesses gerais ou que a cláusula, como demonstração travestida de liberdade, quando, na verdade, esconde em seu íntimo essencial a dominação e a escravidão dos outros, pelo sufocamento dos ideais, ou pelo obscurecimento de aspirações irrecusáveis, não se subordine ao ordenamento maior da Constituição.

Saudade do verdadeiro conhecimento, da legítima ciência jurídica que não admite sejam as diretrizes globalizantes anulatórias do direito interno, mormente o fundamental, aquele que, abeberando-se nos princípios, formula as regras gerais, hoje não mais simplesmente de governo, poder e seu exercício, mas de consagração dos direitos humanos e dos direitos e garantias individuais, entronizáveis e entronizados no direito comum infraconstitucional.

Saudade da certeza da indispensabilidade do Direito, por mais que a evolução em todos os setores se manifeste gloriosamente inimaginável. Sem o Direito será impossível a convivência com os fatos seja da internet, da eletrônica ou da genética. Será impossível a convivência com os vizinhos, a relação com os parceiros, a relação intersubjetiva das nações enquanto povos ou como estados soberanos.

Fala-se hoje, com razão, na mudança do conceito de soberania nacional, na necessidade da intersubjetividade das nações, em suas relações recíprocas, a exigir certas renúncias, a cobrar certas concessões.

Sim, que assim seja, se necessário for, para a vitória do pensamento comunitário internacional, todavia, sem jamais arredar pé do princípio que garante às pessoas a dignidade mínima essencial, aos povos, enquanto povos, o vinco da tradição livre e dos costumes respeitados, aos indivíduos, a garantia da liberdade de pensar e emitir seu pensamento, criar a idéia e, pessoalmente, poder cultivá-la, sem as restrições do oficialismo estatal, ideológico, político ou religioso.

Se tiverem saudade de tudo isto, não permitirão que isto passe, que seja banido, que se apague na vida e na prática. Lutarão até à morte pelo respeito a tais princípios e pela garantia de tais instituições em que se assentam, como pedra de toque e de sobrevivência, os cidadãos, os povos e as civilizações.

Finalmente, não se apartem jamais da idéia de Deus. Sem Deus não se poderá pensar jamais em Direito. Não, não se preocupem, que não estou caindo no âmbito da crítica de Tobias Barreto, quando, em seu célebre discurso aos bacharelados da Faculdade de Direito do Recife, clamava contra aqueles que pensavam ser o direito uma *sub specie aeterni*, contestando a idéia religiosa ou do direito divino. Não vemos assim o Direito. Já o declaramos um fenômeno cultural, mas o homem somente produzirá um fenômeno cultural digno, mormente aquele destinado a amoldar a natureza humana à convivência harmônica e produtiva, se se assegurar da idéia do Amor.

E o Amor perfeito, completo e puro está em Deus.

Deus é o Amor.

O Direito, então, terá que ser, também, uma idéia cultural de amor à vida, amor à liberdade, amor ao bem estar. De amor ao seres e às coisas, aos bens e às idéias, colocando as pessoas, as comunidades e os povos, cada vez mais próximos daquilo que todos desejam: a felicidade.

E metam mãos à obra, certos de que, como bem acentuou William Ward: "O pessimista se queixa do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas."

- Muito obrigado e que Deus abençoe e proteja vocês todos.